

Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e luta pela terra: a ocupação territorial no Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar

Trans-Amazonian, Araguaia guerrilla and the struggle for the land: the territorial occupation in the Southeast of Pará during the Civil-Military dictatorship

Naurinete Fernandes Inácio Reis*

Valeria de Marcos**

Edma Silva Moreira***

Palavras chave:
Campepinato
Amazônia
Colonização

Resumo: A ocupação da Amazônia executada a partir do golpe militar de 1964 foi orientada por uma lógica de desenvolvimento a ela externa. A visão de vazio demográfico e última fronteira para o capital fundamentou a criação de dois Planos Nacionais de Desenvolvimento e do Programa de Integração Nacional, nos quais os grandes projetos agropecuários, agroflorestais e agrominerais, bem como a construção de rodovias, entre elas a Transamazônica, estavam inseridos. Esse artigo faz uma reflexão sobre a ocupação e controle territorial da Amazônia, destacando a relação entre a construção e ocupação da Transamazônica, a colonização oficial e a repressão à Guerrilha do Araguaia e ao campeonato que ocupava o Sudeste do Pará nos anos 1970, o qual seguiu em luta pela terra e reprodução da vida. O procedimento de construção do artigo se deu por meio de revisão bibliográfica e documental e análise de entrevistas realizadas com camponeses envolvidos na Guerrilha, à luz do referencial teórico da História Oral.

Keywords:
Peasantry
Amazon
Colonization

Abstract: The occupation of the Amazon carried out after the military coup of 1964 was led by a development logic external to it. The demographic void vision and the last frontier for the capital was the basis for the creation of two National Development Plans and the National Integration Program, wherein large agricultural, agroforestry and agro-mineral projects, as well as the construction of highways, among them the Trans-Amazonian, were inserted. This present work is a reflection on the occupation and territorial control of the Amazon, highlighting the relationship between construction and occupation of the Trans-Amazonian, the official colonization and repression of the Araguaia Guerrilha and the peasantry that occupied the Southeast of Pará in the 1970s, who continued to fight for land and reproduction of life. The procedure for writing this present work was carried out by means of a bibliographical and documental review and analysis of interviews with farmers involved in the Guerrilla, in the light of the theoretical framework of Oral History.

Recebido em 15 de junho de 2021. Aprovado em 06 de outubro de 2021.

* Doutora em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Socióloga da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: neteinacio@yahoo.com.br.

** Professora Doutora do Departamento de Geografia FFLCH USP. E-mail: demarcos.vale@usp.br.

*** Professora Doutora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: edma@unifesspa.edu.br.

Introdução

"[...] Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia." (ROSA, 2019, p. 53).

O excerto acima traduz, de certa forma, os sentidos e significados de muitas vivências experimentadas na Rodovia Transamazônica (BR 230), criada com o Decreto-lei 1.106 de 1970, regulamentado pelo Decreto 67.113 de 1970 que lançou o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a partir do qual o Estado passou a determinar ações de ocupação da Amazônia para o desenvolvimento nacional com a integração territorial. Esses decretos garantiram a exploração dos recursos naturais que, em seu conjunto, favoreceram a reprodução do capital e a inserção da região ao mercado global. Desde então, essas ações promovem desmatamento, degradação ambiental e os constantes conflitos socioambientais que se materializam na violência que não raro culminam nos assassinatos de camponeses, ativistas ambientais e lideranças religiosas e sindicais.

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre os sentidos, significados e os impactos que a rodovia Transamazônica apresentou no âmbito da constituição de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira e o seu papel de controle territorial e repressão às resistências a ele oferecidas, entre as quais destaca-se a Guerrilha do Araguaia. A política ditatorial que a criou, promoveu a derrubada da floresta, ligou distantes locais, estimulou o tráfico de mercadorias, a migração de pessoas sem a implementação de uma efetiva política de reforma agrária, criou novos centros urbanos, mudou modos de vida, intensificou conflitos sociais e garantiu a expansão do capital.

A construção da Transamazônica, contribuiu, na prática, para a ocupação e o controle territorial, populacional e dos recursos naturais do Sudeste do Pará, num contexto de repressão militar aos militantes do PCdoB (1972-1975) que organizavam uma guerra de guerrilha, desde 1967. As Forças Armadas, ao descobrirem a organização guerrilheira, em 1972, empreenderam três Campanhas de Cerco e Aniquilamento, das quais perderam as duas primeiras. Essa repressão militar insere-se nas

estratégias do governo ditatorial para a ocupação da Amazônia que, por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), aliando objetivos geopolíticos, militares e econômicos, iniciou o processo de integração da Amazônia (OLIVEIRA, A. U. de, 1988; IANNI, 1979; HÉBETTE, 2004; SOUZA, 2012; MARTINS, 2018). Os impactos desse processo ainda são identificados, sendo a violência contra os camponeses, sua marca.

A metodologia de construção desse artigo está ancorada em revisão bibliográfica e documental sobre o tema, bem como na análise de seis entrevistas realizadas por Reis (2021) com os camponeses que participaram da Guerrilha ou com ela tiveram algum tipo de envolvimento, dando destaque para aqueles situados às proximidades da Rodovia Transamazônica¹, analisadas à luz dos referenciais teóricos da História Oral. Tal procedimento decorre da compreensão de que, para entender a história de construção da rodovia e suas consequências, é necessário recuar no tempo e entender a imagem da Amazônia que sustentou as ações militares, a partir do golpe de 1964, e os seus significados geopolíticos. Essa tomada de posição nos permitiu entender o movimento dialético de ocupação do território, marcado pelo avanço do capital e pelos conflitos dele decorrentes. Entre os tantos conflitos existentes, fruto do processo de expansão do capital na Amazônia, trazemos como destaque a Guerrilha do Araguaia.

As experiências vivenciadas pelos camponeses nesse contexto nos possibilitam compreender os impactos e as marcas da repressão inscritas em suas vidas. Assim, a memória coletiva sobre a repressão, a resistência política e a construção de uma complexa infraestrutura a serviço da repressão militar contra o movimento guerrilheiro, como a construção de quartéis e bases militares, abertura de estradas, construção de aeroportos e de heliporto, nos proporcionam compreender as medidas de controle territorial que a população enfrentou e às quais, muitas vezes, se opôs.

A realidade dos projetos de desenvolvimento e o impacto da Transamazônica, às vidas e à natureza, se apresenta complexa à medida que a rodovia impulsionou uma dinâmica local profundamente conflituosa, distanciando a reforma agrária e potencializando o desenvolvimento

agropecuário e mineral, espaço fértil para o capital e, por outro lado, um campo de resistências e lutas realizadas pelos camponeses para conquistar e poder permanecer na terra.

A Amazônia no contexto da Integração Nacional

Para entendermos o que ocorre na Amazônia é importante partirmos do contexto em que ela passa a ser incorporada ao discurso nacional de desenvolvimento. Um marco importante foi a nova regionalização brasileira, resultado das transformações econômicas e sociais pelas quais o país passava, em especial, a partir dos anos 1950 (CORRÊA, 2001). Esta nova regionalização – que identificou três grandes regiões geoeconômicas: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – embora não tenha substituído a divisão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), imprimiu uma nova orientação para as políticas territoriais e de desenvolvimento, formuladas desde então (PORTO-GONÇALVES, 2001).

No que se refere à Amazônia, a imagem de última fronteira para o capital que deu origem a essa divisão, decorre de um imaginário criado sobre ela que, de acordo com Arbex Jr. (2005), em muito se assemelha àquela que os colonizadores portugueses tinham do Brasil: um território de natureza “virgem e inculca”, lugar de riquezas infindáveis, habitada por selvagens nus e não civilizados, consolidada no mito da “Ilha Brasil”².

Essa imagem, por sua vez, alicerçou, durante o Governo Vargas, nos anos 1950, a ideia de inseri-la na pauta nacional e de integrá-la, junto às demais regiões, ao Estado nacional, o que resultou na criação de um aparato burocrático-administrativo e da Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) para implementar seu plano de integração nacional (ARBEX JR, 2005). Apesar destas iniciativas, pouco de fato se avançou, sendo as primeiras ações nesta direção realizadas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com a transferência da capital federal para Brasília e o início da construção da rodovia Belém-Brasília para integrar a Amazônia à capital nacional.

O golpe militar de 1964, que instaurou a ditadura civil-militar (1964-1984), imprimiu uma nova lógica de ocupação denominada por Porto-Gonçalves de estrada-terra firme-subsolo. Esta lógica foi marcada por uma nova forma de olhar para o território e explorá-lo, orientada por uma visão de natureza favorável ao desenvolvimento como progresso, superando, portanto, o atraso.

Ao longo dos anos 1970, essa lógica persistiu orientando os governos que passaram a criar as condições para garantir o que foi denominado de “desenvolvimento com segurança” e a internacionalização da economia brasileira - produto da construção das “fronteiras ideológicas” (OLIVEIRA, A. U. de, 1987) - pudesse se efetivar. O I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o POLOAMAZÔNIA incentivaram a criação de megaprojetos, a exemplo do Projeto Grande Carajás (PGC), na Serra dos Carajás (ALMEIDA, 1995; VALVERDE, 1989) e dos projetos agropecuários, consolidando a apropriação de grandes extensões de terra, na maior parte por meio da grilagem de terras e uso de violência para expulsar os camponeses ali presentes, dando origem aos maiores latifúndios do país, como é o caso da Suiá-Missu do Grupo Agip-Liquifarm, da Fazenda Cristalino do Grupo Volkswagen, da Fazenda Bradesco do Banco Bradesco S/A, entre tantos outros (OLIVEIRA, A. U. de, 1987, 1988, PEREIRA, 2015).

Em todos os casos, a marca foi a presença do capital internacional, muitas vezes com testas de ferro brasileiros para driblar as limitações de apropriação de terras estabelecidas pela Constituição Federal de 1967 (OLIVEIRA, A. U. de, 1987, 1988). Para garantir o escoamento da produção desses projetos e integrar a Amazônia ao restante da economia nacional foi criado o PIN e com ele a construção das rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, e a que foi o símbolo dessa lógica de ocupação da Amazônia, a rodovia Transamazônica, que pretendia ligar Cabedelo-PB à Lábrea-AM, dando à Amazônia uma ligação Transoceânica³.

Outra forte marca desse processo de ocupação foi o avanço sobre áreas até então ocupadas pelo campesinato na Amazônia, com amplo uso da violência por parte de jagunços a mando dos latifundiários ou mesmo do próprio Estado

(MARTINS, 1991, PEREIRA, 2015). A chegada do capital na região instaurava o conflito e forçava, muitas vezes, os camponeses posseiros a abandonarem suas terras em busca de outra área onde reconstruir seu modo de produzir a vida e, assim, sua existência. Esse movimento colocava os camponeses em conflitos com os povos indígenas ali situados e “abria” a área para o capital, dando início a novos episódios de conflitos, violência e expulsão da área.

O resultado desta política de “desenvolvimento” para a Amazônia foi, como destacado por Oliveira (1987, 1988), Martins (1991), Hébette (2004), Porto-Gonçalves (2001) entre outros autores, a apropriação, pelo capital nacional e internacional, de uma porção importante do território nacional, dos recursos minerais e florestais nele contidos, o aumento da grilagem de terras e, com ela, do número de conflitos e da violência no campo. A implantação dos projetos agropecuários, quando se efetivava no território, muitas vezes se dava por meio da superexploração da força de trabalho, dando origem a inúmeros casos de escravidão temporária/condições análogas ao trabalho escravo, a exemplo do ocorrido na Fazenda Cristalino, retratado por Martins (2003).

Por outro lado, visando garantir a oferta de força de trabalho para as atividades econômicas ali implantadas, foram criados alguns projetos de colonização públicos, instalados às margens das rodovias em construção. Por meio desses poucos projetos, os militares ao mesmo tempo transferiram camponeses das áreas de conflito no Nordeste, desmobilizando a ação das Ligas Camponesas em luta pela reforma agrária, e veicularam a falsa propaganda de realização da “reforma agrária” na Amazônia, de onde a célebre frase de Médici de que tal ação permitiria “levar os homens sem-terra do Nordeste, às terras sem homens da Amazônia”. A realidade desses projetos e os impactos da construção da Transamazônica, muito contribuíram para as lutas pela terra, até hoje presentes no Pará e por toda a Amazônia brasileira.

A Transamazônica e a Colonização Oficial: o PIC Marabá

O anúncio da abertura da rodovia fora carregado de estímulos alternativos para os graves problemas que o país enfrentava: a fome, a pobreza, o endividamento internacional, a inflação, etc. (SOUZA, 2012). A rodovia se impunha como a solução para ocupar, explorar e desenvolver uma região “desocupada”, “intocada” e rica em recursos naturais, a Amazônia. Essa região emerge como o sonho e a esperança do povo pobre e trabalhador brasileiro, ávido em contribuir com a história que passaria a se construir, mas também de empresários do setor econômico que enfrentavam problemas econômicos no Centro-Sul brasileiro. A Amazônia foi cortada por 4.260km percorridos, até hoje, por muitos trabalhadores, mulheres, jovens e crianças em busca de melhorias em suas condições de existência. Os efeitos práticos e simbólicos da abertura da rodovia têm sido múltiplos e violentos.

O plano de desenvolvimento da Amazônia previa a construção de modernos Projetos Integrados de Colonização (PICs), cuja lógica era destinar “terras para homens sem terras”, tido como urgente e necessário ao país. Com forte apelo institucional, a abertura da Transamazônica fora também o meio mais fácil e rápido para a superação do espaço vazio e a exploração dos recursos naturais. A colonização, assim, foi planejada pelas mãos e lápis que calcularam o deslocamento de pessoas e empresas de todas as partes do país que poderiam ter seus problemas resolvidos. Com a lógica de espaço vazio, muito facilmente se desconsiderou a presença das populações locais que, por toda a região, desenvolviam distintos modos de ocupação e de vida (HÉBETTE, 2004).

Como uma política moderna de ocupação, por meio do Decreto n. 67.557 de 1970, o Estado articulou muito bem seu discurso de resolução dos profundos problemas regionais, sobretudo os do Nordeste com a seca, mas também os do Sudeste e Sul com a desaceleração da industrialização. O estímulo de acesso à terra e de incentivos fiscais ao setor privado causou uma crença muito positiva de migração à Amazônia, apresentada como lugar de espaço com facilidades garantidas de crescimento e de progresso. O deslocamento para a Amazônia é

menos espontâneo e mais planejado e controlado, aspectos importantes para a segurança e controle das ações militares nesse território. Ao tempo em que a floresta era cortada, aberta, derrubada, rios descobertos e terras reviradas e medidas, palmo a palmo, com a delimitação dos seus eixos de encontros e desencontros, pessoas a elas se deslocavam.

Por toda a Amazônia o governo brasileiro planejou o desenvolvimento com a colonização por meio da constituição de PICs, pensados como importantes polos de desenvolvimento rural e urbano (FIALHO; TREVISAN, 2019; CUNHA, 2009), para a instalação de mais de 100.000 famílias em vilas rurais com certa infraestrutura que permitisse a garantia de uma vida social e econômica ao longo da nova rodovia. Essas famílias eram selecionadas e cadastradas como assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição responsável pela destinação dos lotes e pelo apoio à infraestrutura e crédito bancário, conforme estabelecido pelo decreto acima referido.

Esse processo não ocorreu de forma simples e sem conflitos. Ao contrário, o número de famílias assentadas ficou muito aquém do anunciado, o que fez com que a ocupação espontânea predominasse e, com ela, ocorresse o aumento dos conflitos por terra. Além disso, muitas das áreas que foram destinadas à colonização ou, como concebido pelo Estado, à “reforma agrária”, passaram por meio do Decreto-Lei 1.164/71 ao domínio da União, sob o comando do INCRA, e destinadas a outros fins.

No Pará, foram implementados os PICs de Marabá, Altamira e Itaituba, seguindo a mesma lógica de destinação de áreas aos assentados. Entretanto, no caso do PIC Marabá, muitas áreas cortadas e com seus lotes numerados se sobrepuseram a áreas já ocupadas por antigos moradores, em sua maioria, posseiros. Da mesma forma, nesse PIC muitas áreas privadas, que deveriam ser desapropriadas para fins de interesse social, se mantiveram sob poder de seus proprietários, pois:

Embora o governo federal, sob a responsabilidade do INCRA, tenha se proposto a assentar as famílias de “colonos” ao longo da rodovia, as terras dos fazendeiros que margeavam a referida rodovia

federal, entre o km 120, sentido leste da cidade de Marabá, e o Km 35, sentido oeste, foram preservadas. Isto quer dizer que o PIC nomeado como *Marabá* se concretizou em alguns pequenos pontos às margens da rodovia, nos municípios de Itupiranga e São João do Araguaia, recaindo sobre as áreas já ocupadas por posseiros, preservando, assim, os interesses políticos e agrários de fazendeiros e empresários que tinham ali as suas propriedades instaladas (PEREIRA, 2015, p. 47).

A colonização oficial implementada se apropriou do território assegurando os interesses da elite rural local, ainda que grande parte das terras ao longo da Transamazônica, nesse trecho, passassem à esfera federal. Essa apropriação seletiva, controlada e desigual, característica do planejamento ditatorial, se de um lado favoreceu os proprietários privados, de outro foi violento para os posseiros que se encontravam na área com suas residências e familiares, roças e criações, o que gerou muitos conflitos na área com aqueles que chegavam e eram oficialmente assentados pelo INCRA. Como relata a Senhora Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira no livro *Sou filha de quebradeira de coco* (2017), sua mãe, assim como os tios, André e Nazaré, perderam as roças, das quais foram expulsos durante a repressão militar e não foram beneficiados com a política de colonização. Para ela, em função da política implementada pelo INCRA:

Aqueles que tinham suas terras ficaram esperando a ordem de Curió pra voltar pra suas terras. Aí veio o INCRA fazendo a colonização da Transamazônica, pegou as terras e assentou as pessoas. E chamou gente de fora assentou, e os que moravam aqui perderam, muita gente. Aqueles que foram guias deles, eles deram as terras lá na OP3, onde ficava mais perto pra eles tá controlando, e os outros ficaram sem nada (OLIVEIRA, C. M. B, 2017, p. 33).

Dentre os conflitos que ocorreram nesse contexto, destaca-se a Guerrilha do Araguaia. Por meio da memória coletiva dos camponeses podemos evidenciar que a política de colonização esteve vinculada às estratégias militares de repressão aos guerrilheiros e aos camponeses em luta pela terra. Uma realidade que se impunha desconfortável para esses sujeitos, entretanto, não era desconhecida ou

fugia ao controle do Estado que planejou e controlou o território por meio da violência. A abertura da Transamazônica contribuiu, assim, para derrubar a floresta, revirar a terra e aniquilar a guerrilha e tombar com a vida dos camponeses e dos migrantes que seguiram resistindo.

Guerrilha do Araguaia, conflitos agrários e a Transamazônica

A Guerrilha do Araguaia consistiu em um conflito armado entre guerrilheiros e militares, no período de 1972 a 1975, na região Sudeste do Pará, divisa com o norte do atual estado do Tocantins e com o oeste do estado do Maranhão. Nessa região, os militantes do PCdoB colocaram em execução um processo revolucionário de transformação social desde 1967, inspirados na concepção político-ideológica desenvolvida por Mao Tsé-tung. A partir da experiência de guerra popular e civil que promoveu a Revolução Chinesa de 1949 e seguindo as táticas de guerrilha rural, se empenharam na “luta popular prolongada” partindo do campo e tendo o campesinato como base social e política determinante para a luta armada. Com a descoberta da organização guerrilheira por parte das Forças Armadas brasileiras, deflagrou-se o conflito armado, o qual envolveu e impactou profundamente o campesinato e os indígenas Suruí-Aikewara, que não tinham conhecimento dos propósitos revolucionários e nem do planejamento territorial à expansão do capital (REIS, 2021).

Durante a repressão militar à organização guerrilheira, a qual dividiu-se em três Campanhas de cerco e aniquilamento, as Forças Armadas organizaram postos militares para monitorar e fiscalizar a movimentação da população. As cidades de Xambioá-TO e Marabá-PA foram os lugares escolhidos para a instalação dos aparatos logísticos de apoio à organização dos efetivos militares. Centenas de camponeses foram presos e submetidos a interrogatórios seguidos de torturas por suspeita de apoio aos guerrilheiros, conforme destaca o Senhor Abel Honorato de Jesus, um dos primeiros camponeses presos em Palestina-PA, acusado de ajudar os guerrilheiros:

Aí prendeu mais ou menos umas 300 pessoas, por aí ..., na região toda: São Domingos, Palestina, Bom Jesus, Chega com Jeito (São José, lá chamava São José, aí depois mudaram pra Chega com Jeito), aí, São Geraldo, os Praiano... Pegaram naquela região toda. Aí entre tudo dava umas trezentas e poucas pessoas presas. Foram pra Araguaína um bocado, outros ficaram ali no Tiro de Guerra, outros foram pra Bacaba... Tiro de Guerra é ali do outro lado... onde eu lhe falei naquele dia. Depois do Amapá, na Casa... no DNER, é, Casa Azul, que chama DNER, antigamente era o DNER, o acampamento (JESUS, 2018).

A repressão organizada distribuía os presos, camponeses e guerrilheiros, para diferentes locais, para terem mais controle sobre a guerrilha, o território e os camponeses. Um deles era para a Casa Azul, localizada na cidade de Marabá, na sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), onde atualmente está instalado o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no Km 1 da Rodovia Transamazônica. Esse local fora definido como o Centro de prisão clandestino, mas também era utilizado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) como um Centro de Informações e Triagem (CIT). Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) estima-se que, neste local, mais de 30 guerrilheiros morreram em decorrência de tortura ou por execução (BRASIL, 2014a, p. 793).

O Senhor Abel relata sobre a situação em que foi preso pela PM e o interrogatório ao qual foi submetido na delegacia que ficava na cidade de Marabá, antes de ter sido levado à Casa Azul:

Eu fui preso sete e meia. Nove e meia eu fui tirado daí pro Angelim, que é lá a Casa Azul. Maria Angelim que era o nome antigo. [...]. Só que dentro dessa investigação aqui, quando eu fui preso pela PM... a PM me amassou demais! Eu apanhei no lugar de 20 pessoas... foi, fiquei semimorto. Eu digo, a taca de 20 ou 30 eu peguei sozinho! Eu fiquei semimorto! [...]. Eu sei que quando eu fui pro Tiro de Guerra lá, pra Casa Azul, eu ia semimorto botando sangue pela boca, quando eu fui levado pra lá Quem me levou pra lá já não foi nem o Exército, foi a DOPS (JESUS, 2018).

Após ter sido preso, submetido a interrogatório e torturas na Casa Azul, o Sr. Abel foi transferido para a base de operações Bacaba, povoado localizado no Km 68 da rodovia Transamazônica, no município de São João do Araguaia, onde foi obrigado a guiar os militares na mata em busca dos guerrilheiros. Preso e a serviço dos militares, o Exército levou a sua esposa, Senhora Francisca, e as duas crianças, para essa base, local onde moraram durante nove meses.

Sobre a base de operação Bacaba, o Padre Ricardo Rezende Figueira, assim registra:

Por volta de trezentos homens foram levados para Bacaba, povoado no quilômetro 68 da Transamazônica, no município de São João do Araguaia (era aí o quartel-general do Curió, base tática do Exército com um campo de aviação e lugar onde foram enterrados muitos guerrilheiros), e transferidos para a sede do DNER ao lado do rio Itacaiúnas, em Marabá. Outro local de prisão foi a antiga delegacia de Marabá. Comprimiam-se 12 a 15 homens dentro de um banheiro pequeno, todos nus, de pé, sem beber ou comer. “Seu” Mariano, antigo comerciante em São Domingos, chegou a contar que sentiu tanta sede que bebeu urina de um dos companheiros. Disse ainda que defecavam e urinavam no chão. O cheiro era horrível. Mesmo assim, quando a porta foi aberta e os soldados jogaram água para lavar a sujeira, houve quem, desesperado, abaixou-se para sorvê-la do próprio piso.

Tinham gravado sons de gritos e os acionavam durante a tortura aumentando a tensão. Batiam e jogavam ao chão os lavradores. Fizeram um buraco ao lado da casa azul e os dependuravam pelos pés. Colocaram nu e de quatro um rapaz sobre um formigueiro. Obrigavam-no a latir como cachorro. Quando achavam que não havia latido bastante alto ordenavam que se deitasse completamente sobre o formigueiro (FIGUEIRA, 1986, p. 29-30).

O fato ocorrido com Lourival Moura Paulino, pai de Ruiderval Miranda Moura, também contribui para compreendermos o contexto da construção da Transamazônica na região. O Senhor Lourival, que na época tinha 52 anos de idade, foi preso em Marabá em maio de 1972. Conforme depoimento do filho, o Senhor Lourival

Foi levado para o Tiro de Guerra que era uma Casa Azul que tinha lá em Marabá, onde ficava a barraca dos oficiais. Ali havia torturas nas pessoas, houve muitas torturas e mortes ali. Eu tenho amigos que me relataram que algumas pessoas foram sepultadas à margem do rio, ele viu, ele era engenheiro lá naquela época, ele trabalhava no DNER na época e viu. Ele tinha livre acesso porque ele era engenheiro já era outra formação e tal, e enfim. Aí meu pai foi levado para lá de lá foi para Brasília, levaram meu pai para o pique lá em Brasília, ele deve ter ficado uns dois, três dias lá (MOURA, 2019).

Em 15 de maio, conforme Ruiderval, seu pai foi levado para Xambioá, tendo ficado preso na delegacia até a data de sua execução.

Após a derrota militar na segunda campanha, as Forças Armadas retiraram parte de suas tropas, porém desenvolveram ações estratégicas da operação de inteligência, as quais foram decisivas para a alteração do resultado dos conflitos e fizeram parte da Operação Sucuri, executada no período entre novembro de 1972 e outubro de 1973.

Nesse período foram construídas as três estradas Operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3) ao longo da Transamazônica, na área de influência da guerrilha, para facilitar a movimentação das tropas militares, bem como, por meio do Decreto nº 71.785, de 31 de janeiro de 1973, foram criados quartéis (Organizações Militares) ao longo da Transamazônica, marcando a presença do Exército, dentre eles, o 52º Batalhão da Infantaria da Selva (52º BIS), com sede em Marabá. O 52º BIS foi instalado à margem da Rodovia Transamazônica no auge da repressão ao movimento guerrilheiro. Assim, a Transamazônica se estabelece como a rodovia da repressão nesse trecho de Marabá.

Durante a Terceira Campanha, denominada Operação Marajoara, comandada pelo General Hugo de Abreu, no período de outubro de 1973 a dezembro de 1974, a guerrilha foi cercada e aniquilada, com ordens para não deixar prisioneiros. Os camponeses foram, de forma mais sistemática que nas duas campanhas anteriores, submetidos à vigilância, perseguições, coação, às prisões ilegais, torturas e execuções. A colonização controlada e a Rodovia facilitavam as ações repressoras.

A Senhora Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira demonstra a forma como o Exército criou estratégias

para cercar e aniquilar os guerrilheiros, desenvolvendo infraestrutura e usando os camponeses como guias ou como informantes e executando prisões. Ao relembrar as operações militares ocorridas em 1974, ela relata:

[...] em 74, eles já voltaram sabendo da nossa vida e era só marcando, pegando fulano e prendendo. Aquela Agrovila (Bacaba) ali já tinha aberto, quartel (52 BIS) lá pronto. Ai lá pra Agrovila ali, levando as pessoas e prendendo todo mundo que serviu, que falou com as pessoas (guerrilheiros) sem saber nem quem era... (OLIVEIRA, C. M. B, 2019).

Durante as três Campanhas militares, guerrilheiros e camponeses foram presos e encaminhados para as bases militares localizadas em Marabá e em Bacaba, no Pará; em Xambioá e Araguaína, no Tocantins, e em alguns casos para Brasília-DF. Nesses locais, eram torturados durante as sessões de interrogatórios a que eram submetidos para que revelassem informações relacionadas aos guerrilheiros. “Os locais de tortura, pelo que se pôde constatar, eram as prisões organizadas no DNER e no Incra, em Marabá, na Bacaba e em Xambioá” (CAMPO FILHO, 2003, p.142-143). E, ainda, comenta o Padre Ricardo Rezende: “Em Bacaba, chegaram a matar a pancadas um jovem débil mental. Os torturados em Marabá foram transferidos, mais tarde, para um hospital de Araguaína. Ali foram tratados e as feridas cicatrizadas” (FIGUEIRA, 1986, p. 29-30).

Muitos camponeses foram vítimas das atrocidades cometidas pelas Forças Armadas: alguns foram submetidos às perseguições, prisões, torturas, trabalho forçado e perdas de entes queridos, do círculo familiar ou comunitário. Outros foram obrigados a guiar as tropas militares à “caça” aos que foram chamados pelo Exército de “terroristas”. Muitos, que chegaram à região mesmo antes da construção da rodovia Transamazônica, foram expulsos de suas terras, perderam as roças, tiveram suas residências queimadas e as relações familiares e comunitárias desestruturadas.

Ao demonstrar que, durante a terceira e última Campanha, as forças militares procuraram prender o maior número possível de chefes de

família, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta:

Documento do SNI produzido em Marabá – “Relatório Especial de Informações nº 6” – aponta o número de 161 moradores presos por serem suspeitos de apoiar os guerrilheiros, e relaciona o nome de mais 42 apoiadores a serem detidos, numa soma de 203 supostos apoiadores dos guerrilheiros.

Mas o número de vítimas da repressão chega a 500 moradores que foram arrancados de suas casas junto com suas famílias, tiveram suas roças queimadas e suas criações destruídas; muitos ficaram ilegalmente presos por cerca de três semanas. Camponeses relatam ter sido presos em valas de três metros de comprimento por dois de profundidade, sem latrinas e sem telhado, cavadas nas bases militares da Bacaba e de Xambioá: eram cobertas com grades de ferro e chamadas de “buracos do Vietnã”. Muitos camponeses foram torturados, conforme relataram alguns sobreviventes à CNV (BRASIL, 2014b, p. 123).

Jiménez (2007) declarou que na área da base “Bacaba”, onde ficavam alojados os Grupos de Combate (GC), os camponeses presos e os guerrilheiros capturados vivos, passavam por interrogatórios preliminares antes de serem encaminhados à Casa Azul. Nessa base, havia um campo de futebol que era usado como pista de pouso de helicópteros, próximo ao qual, conforme Jiménez, “foram enterrados alguns guerrilheiros que, no término da operação de 1975, foram exumados, colocados em sacos plásticos e levados em helicópteros da FAB para a Serra das Andorinhas, onde foram cremados” (JIMÉNEZ, 2007, p. 43).

A atuação das tropas especiais do Exército de forma não convencional exterminou o movimento guerrilheiro e violou sistematicamente os direitos humanos e os preceitos legais estabelecidos nas Convenções de Genebra. Sobreviveram a essa fase final da Guerrilha apenas o comandante Ângelo Arroyo (Joaquim) e o operário Micheas Gomes de Almeida (Zezinho).

Entre janeiro de 1974 e março de 1975 ocorreu a missão que ficou conhecida como “Operação Limpeza”, com o intuito de eliminar os vestígios de conflito armado e das atrocidades cometidas pelos militares na região. Após a

eliminação do movimento guerrilheiro, a população continuou sendo controlada e monitorada, persistia a repressão. Parte do aparato militar montado pelo Estado foi mantida e mesmo estendida na região.

As cidades de Marabá-PA e Imperatriz-MA, transformadas em Área de Segurança Nacional em 1971, permaneceram nessa condição, conforme Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987. Além disso, outros quartéis foram construídos na região durante a segunda metade da década de 1970. Após a instalação do 52º Batalhão de Infantaria de Selva (52º BIS), em janeiro de 1973, no município de Marabá, seguiu-se a instalação da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf SI), em novembro de 1976; o 23º Batalhão Logístico de Selva (23º B Log SI), em dezembro de 1985; a 23ª Companhia de Comunicações de Selva (23ª Cia Com SI), em outubro de 1986; o 33º Pelotão de Polícia do Exército (33º Pel PE), em junho de 1987; e o 1º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (1º GAC SI), em setembro de 2004. Essas unidades militares são coordenadas pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva, a qual coordena unidades instaladas nos municípios de Altamira-PA, Itaituba-PA, Tucuruí-PA e Imperatriz-MA.

Os relatos demonstram que as estradas Operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3), construídas pelo Governo Federal para possibilitar apoio logístico aos militares durante a repressão ao movimento guerrilheiro também foram utilizadas para fins de “reforma agrária” no âmbito da colonização oficial, por meio dos PICs do INCRA. Assim, alguns camponeses posseiros, principalmente os que tinham sido guias do Exército e que tinham sido expropriados pela repressão militar, posteriormente, foram remanejados compulsoriamente para áreas de controle dos militares, assentados em lotes delimitados às margens das estradas operacionais e transformados em colonos por parte do INCRA, incluídos na política de colonização em torno da Transamazônica.

Conforme Maria Raimunda, o Exército distribuiu vários lotes de terras nas estradas operacionais aos camponeses que tinham sido guias,

como forma de compensar as pessoas que entregaram os guerrilheiros. [...] Muita compensação também, toda a compensação foi feita em terra, em terra e privilégios, né. Depois

escola, a escola, a primeira escola lá do Brejo quem construiu foi o Exército. (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, 2019).

Continuidade da repressão à resistência camponesa

Além das bases militares, dos quartéis e das Estradas operacionais, continuaram sendo executadas operações policiais e da Inteligência visando silenciar a memória dos camponeses e os fatos ocorridos, identificar resquícios de ações guerrilheiras, bem como impedir novas organizações políticas de contestação da ordem instituída, tendo como alvos os camponeses, lideranças sindicais e religiosas vinculadas à Igreja Católica.

A região foi controlada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Centro de Inteligência do Exército, através de agentes comandados, principalmente, pelo Major Sebastião Rodrigues de Moura – o Curió. Este comandava também um grupo de informantes constituído por antigos “bate-paus”, ex-guias do Exército e pistoleiros, que permaneceram nas vilas, povoados e cidades da região.

Os estudos de Martins (1985) demonstram que os conflitos no campo na região do Bico do Papagaio foram intensificados após 1975 e tornaram-se mais violentos a partir da primeira metade da década de 1980, tendo o Estado como um dos principais indutores, principalmente por meio da criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), órgão que representou a militarização da questão agrária e evidenciou a opção política do Estado em pactuar com o latifúndio, contribuindo para a criminalização das demandas dos movimentos sociais emergentes.

Muitos estudiosos, dentre os quais Ianni (1981), Figueira (1986), Peixoto (2011), Pereira (2015), Mechi (2012), Souza, (2012) Campos Filho (2003), bem como os registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), demonstram que os primeiros grandes conflitos por terras ocorreram na área de influência das bases guerrilheiras, envolvendo organizações coletivas dos posseiros no enfrentamento aos policiais e pistoleiros. Alguns

desses conflitos tiveram intervenção violenta do Exército que dava continuidade às táticas de perseguições, prisões e torturas empregadas durante a repressão à guerrilha, visando expulsá-los das terras ocupadas por eles há décadas.

Além disso, intensificaram-se também, a partir de 1975, as ocupações de terras devolutas, de terras improdutivas com títulos definitivos ou de aforamentos, tanto por camponeses expropriados quanto pelos migrantes que chegavam atraídos pelo projeto de colonização. São exemplos das ocupações, as realizadas nos castanhais que estavam à margem da Transamazônica, na região de São João do Araguaia, dentre eles, os castanhais Santo Antônio I e Santo Antônio II, Cuxiú, Ubá, Cotovelo, Veneza, Consulta, Araras, entre outros, assim como também os castanhais próximos de Marabá, a exemplo do Castanhal Pau Seco, em Morada Nova, e do Castanhal Rainha, em Itupiranga, conforme demonstrado por Oliveira (2017) e Pereira (2015). A Senhora Cledeneuza fez referência ainda aos castanhais Almesção, Croá, Brasilespanha, Oito barracas, Belo Horizonte, entre outros.

Os relatos demonstram o contexto em que alguns camponeses que tiveram suas roças queimadas, foram expulsos das posses durante a repressão militar e não foram beneficiados com a política de colonização em torno da Transamazônica, participaram de ocupações de áreas públicas de castanhais⁴ situados às margens dessa rodovia, dentre elas, a família do Senhor Lauro. Essa resistência teve o apoio da Igreja Católica, por meio da CPT e das CEB's, e do movimento sindical ligado à FETAGRI, num contexto de complexificação dos conflitos pela posse e permanência na terra, período em que o II PND (1975-1979) passou a incentivar, de forma mais incisiva, a implementação de grandes projetos agropecuários, minerais, madeireiros, entre outros.

O Senhor Lauro Rodrigues dos Santos, 61 anos, que tinha 15 anos de idade quando teve parte do braço esquerdo mutilado, em decorrência da explosão de uma granada encontrada em 17 de agosto de 1972 pelo irmão de criação, Sabino Alves da Silva, relatou os desdobramentos da repressão militar na região. Sabino faleceu na ocasião e o pai dele, Eduardo Rodrigues, foi preso e torturado pelo Exército. A família foi expulsa da posse que tinha no povoado chamado Faveira, área de influência do

Destacamento A, em São João do Araguaia, e migrou para Marabá.

A Senhora Cledeneuza e o Senhor Lauro relacionam a política de colonização às margens da rodovia Transamazônica com as ações de pressão militar à organização guerrilheira:

Em 72 quando começaram a cortar essas terras de 21 alqueires, nós já tínhamos corrido, já tava abandonado. [...]. Aí depois que o INCRA, os militares começaram dar as terras pra ganhar confiança do povo, aí eles foram legalizando, né, as terras. (SANTOS, 2017).

Após um tempo morando em Marabá, a família do Senhor Lauro retornou à São João do Araguaia, onde ocupou uma área do Castanhal Ubá que, posteriormente, foi efetivada em Projeto de Assentamento, onde Lauro vive até os dias atuais. Os relatos demonstram que o governo não deu assistência necessária aos camponeses prejudicados com a ação repressiva do Exército. No contexto após o final da Guerrilha, apenas algumas medidas pontuais foram adotadas visando amenizar a situação de precariedade e vulnerabilidade de alguns.

A colonização planejada pelo Governo Federal, sob a responsabilidade do INCRA, para ser implantada às margens da rodovia Transamazônica em 1970, como dito acima, não alcançou a meta estabelecida das 100.000 famílias de colonos assentadas. De fato, em dezembro de 1974, apenas 5.717 famílias haviam sido assentadas.

Conforme os estudos desenvolvidos por Pereira (2015), a execução do Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC Marabá) foi iniciada em 1972 e terminada em 1974, com a instalação de apenas 1.422 famílias em poucos pontos às margens da rodovia. Na região de Itupiranga foram instaladas 873 famílias e, na região de São João do Araguaia 549, inclusive, neste último, em áreas de posses de camponeses há muito tempo instalados. Alguns fatos evidenciam que a execução da colonização na região de São João do Araguaia esteve a serviço da repressão militar à organização guerrilheira, tendo o INCRA como mediador. Das 549 famílias instaladas, 538 foram assentadas ao longo da Transamazônica e, aproximadamente, 11 famílias na Estrada Operacional 3 (OP-3), justamente durante o

final da repressão do Exército aos guerrilheiros e aos camponeses. Assim:

Quando eles deram o loteamento, aí foi só de fora, porque os daqui mesmo não dava pra ocupar não. [...]. Eles fizeram um trabalho, né, eles queriam ocupar a região que só era selva e fizeram a Transamazônica pra facilitar a penetração do Exército na área, fizeram as vicinais lá que é aquelas OP-3 lá, OP-2... Porque pra cá já é vicinal, né, que eles chamam: Vicinal de Santa Rosa, São Cristóvão, São Francisco. Já lá pro lado de São Domingo é OP, né. Mas tudo foi coordenado pelo Curió, pelo pessoal do Exército (SANTOS, 2017).

Os relatos dos camponeses demonstram que os lotes de terras criados com a abertura da Transamazônica foram concedidos, principalmente, aos colonos que chegavam de outras regiões em detrimento dos posseiros que já ocupavam a área, dentre os quais, os camponeses acusados de apoiar os guerrilheiros. As famílias que foram cadastradas como beneficiárias do Projeto de Colonização eram constituídas pelos mateiros que atuaram como guias do Exército durante a repressão aos guerrilheiros, e foram assentadas a mando do tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, com o objetivo de controlar os posseiros que moravam na confluência do rio Araguaia e do rio Tocantins.

O Senhor Abel, que durante a repressão militar à organização guerrilheira morava no povoado de Palestina juntamente com a Senhora Francisca, na área de localização do Destacamento B, onde foi preso, torturado e forçado a ser guia do Exército na caça aos “terroristas”, também perdeu a posse da terra. Ele relatou que a terra em que foram assentados na OP-3, estrada que liga a rodovia Transamazônica ao povoado de Santa Isabel, não tinha infraestrutura adequada para a família continuar se reproduzindo como na posse antiga. As dificuldades enfrentadas, os levaram a mudarem-se para Marabá após oito anos. Esse fato é representativo de que a colonização na região não atendeu ao que previa o projeto inicial e, inclusive, foi implementado de forma diversa do que aconteceu em Itupiranga, em que as famílias receberam um hectare de roça e uma casa de madeira, como apontado por Pereira (2015).

Sobre esse contexto, o Senhor Emmanuel Wambergue, conhecido na região como Mano, demonstra fatos importantes, tendo vivenciado os conflitos fundiários surgidos com a colonização em torno da construção da Transamazônica, envolvendo os camponeses que estavam sendo expropriados de suas posses. Assim, relata:

De 75 a 81 eu morei na Palestina com esse trabalho, mas já... no meio dessa história já começou alguns outros problemas na Transamazônica, que era problema de terras, por exemplo: ribeirão.... os primeiros eram assim: ribeirão... O primeiro foi o Curió ou então lote da Transamazônica que vinha cortar um povoado que não era previsto no mapa, ou um cara que tinha posse de 200 hectares e de repente perdia... (O Almir Ferreira Barros perdeu e só ficou com 100 hectares, né), um povoado na beira do rio e um belo dia chega um cara que diz que tinha título, num povoado que tinha gente velha que tinha nascido lá. Aí a gente começou a ver esse tipo de problema. [...]. E a segunda coisa é... a gente vai precisar de um apoio muito grande porque estava pipocando já os primeiros grandes conflitos: o Pau Seco, com Gabriel Pimenta que foi assassinado; o Cuxiú [...] em São Domingos contra os Mutram; Rainha no Itupiranga; em Baubau lá na Palestina... E todos isso aqui foi nos anos 79, 80 e 81, os primeiros conflitos... e todos, todos, a gente já sabia que só se ganhava na “boca da 20” (WAMBERGUE, 2018).

A forma de luta que os posseiros travaram para garantir o direito de acesso à terra, quando recorreram à luta armada durante as ocupações dos castanhais, de latifúndios, propriedades improdutivas e terras griladas, enfrentando a violência extrema utilizada pelos fazendeiros e pelo Estado, através de suas instituições, órgãos e agentes, foi inspirada pelos princípios que nortearam a resistência guerrilheira. Conforme relatado por Raimundinho:

Em 1980 e 81, os companheiros começam ocupar terras aqui da família Mutran aos redores de São Domingos né, principalmente o Castanhais que foi referência que caracteriza a luta armada, que foi a ocupação do Cuxiú e do Almescão, onde os companheiros tiveram que usar estratégias, inclusive de assassinato mesmo, né, podemos falar

muito claramente, de assassinatos de pistoleiros. Companheiros aprenderam a fazer barricadas, entendeste! Para que nem a polícia e nem pistoleiros entrassem na área. E aqueles que eles conseguiam capturar, eles mandavam dar um fim pra outra região, mandavam ir embora, né (NETO, 2019).

A Senhora Cledeneuza, que participa ativamente das atividades políticas e sociais relacionadas ao campesinato na região, ao fazer referência às ocupações das áreas dos antigos castanhais, afirma: “não foi ninguém que deu para eles! Foi eles que foram ocupando, porque tinha todos os espaços de terra. Aí as pessoas iam ocupando de novo” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, 2019). Cledeneuza, integrante das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), acompanhou os trabalhos do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), período em que participou da ocupação do castanhal Cuxiú, hoje assentamento Paulo Fonteles, onde foi morar com a família e exerceu a função de professora, no período de 1986 a 2000.

Ao reconstituir as memórias das primeiras ocupações dos grandes castanhais e os enfrentamentos que os camponeses fizeram para tomar a direção do sindicato a partir dos anos de 1980, por meio de eleição, ela demonstrou que as ocupações não aconteceram pacificamente:

Então houve a chacina da Ubá, houve a chacina do Cuxiú, do Almescão. Aí os outros não... os outros já foi bem... As Oito Barracas também ainda teve um grande confronto, mas não foi tão forte e divulgado como foi esses três. Eles foram mais violentos, muita ameaça. Aí foi acalmando as ameaças (OLIVEIRA, C. M. B, 2019).

Como pode ser observado, o processo de resistência contra a expulsão e luta pela garantia de sua recriação, em enfrentamento contínuo ao avanço do capital e da violência praticada seja pelo Exército, seja pelo capital que se implantava na região, tem sido marca registrada no processo de ocupação da Amazônia e, em especial, às margens da Transamazônica ao longo de seus 50 anos de existência.

Considerações finais

Nossa reflexão teve o propósito de analisar a relação entre a Guerrilha do Araguaia e a construção da rodovia Transamazônica, buscando compreender seus impactos à vida dos camponeses que, até hoje, lutam por terra na Amazônia. A construção da rodovia não significou apenas o progresso da região, com a união dos dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, como fora advogado pelos militares e seus projetos autoritários. A realidade foi que ela contribuiu para o controle territorial da região, por meio dos PICs e das bases militares ali instaladas, para a execução da violência, para a repressão à Guerrilha do Araguaia, e para a destruição e exclusão social e econômica de camponeses e outros povos que habitavam a região. Parafraseando uma expressão usada pelo atual governo brasileiro, ela serviu para “passar a boiada”, o que nos levou a indagar os diversos sentidos e significados concretos e simbólicos que o projeto de uma rodovia pode permitir aos sujeitos, como o medo, a barbárie, mas também a resistência, a força coletiva desses grupos violentados em seus direitos e modos de vida, em sua dignidade.

A violência exercida sobre o campesinato durante e após a repressão militar ao movimento guerrilheiro consistiu num dos meios utilizados pelo Estado ditatorial para assegurar a implementação do projeto desenvolvimentista nacional, a promoção do capitalismo e o combate ao suposto inimigo interno e externo, “o comunismo”. Neste contexto, a Transamazônica representa lugar de lutas de resistência historicamente sangrentas que garantem conquistas importantes ao campesinato, mesmo que à custa da vida de muitos camponeses e lideranças devido ao aparato estatal que criminaliza os movimentos sociais de luta pela terra e militariza a questão agrária, não priorizando a resolução dos conflitos a partir da reforma agrária.

Notas

1 Os depoimentos foram colhidos por Naurinete Fernandes Inácio Reis para a elaboração da tese de doutorado, intitulada “Cartografia de Memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no

Sudeste do Pará - Amazônia Oriental”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da Dra. Valeria de Marcos. O objetivo da tese era analisar a influência da Guerrilha do Araguaia (1967-1975) na história do campesinato da região sudeste do Pará, por meio de uma cartografia analítica de memórias. Para este artigo, foram destacados os depoimentos que, de alguma forma, foram relacionados com a Transamazônica.

2 Tais representações ainda hoje são reproduzidas pela mídia, por meio de documentários e programas de caráter ambiental/ecológico que reproduzem uma visão da Amazônia, uma visão romantizada e idealizada, que não só não corresponde à realidade como serve para ocultá-la (DUTRA, 2009).

3 O complexo planejamento da Rodovia Transamazônica previa a integração dos oceanos Atlântico e Pacífico, de Cabedelo-PB à Lima, no Peru (SOUZA 2012, p. 58).

4 O Sudeste do Pará até meados dos anos 1980 teve como base econômica o extrativismo da castanha, a partir da qual se formaram as oligarquias locais, exercendo poder econômico e político na região. Os castanhais eram públicos e privados. A área de concentração dos castanhais ficou conhecida como Polígono dos Castanhais. Para maiores informações, ver Emmi; Marin (1996) e Emmi (1999).

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás, a guerra dos mapas**. 2 ed. Belém, Seminário Consulta, 1995.

ARBEX JR, J. “Terra sem povo”, crime sem castigo. In: TORRES, M. (Org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília, CNPq, 2005. p. 21-66.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 67.557 de 12 de dezembro de 1970**. Diário oficial da União. Seção 1, 13.11.1970, p. 9.662.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I**. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume II**. Brasília: CNV, 2014b.

CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia, a esquerda em armas**. São Paulo: Editora Anita/FMG, 2003.

CORRÊA, R. L. Organização regional do espaço brasileiro. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 53-80.

DUTRA, M. S. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo, Annablume, 2009.

FIGUEIRA, R. R. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia**. Petrópolis- RJ: Vozes, 1986.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém, UFPA/NAEA, 1999.

EMMI, M. F.; MARIN, R. E. A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 40, p. 51-68, 1996.

FIALHO, A. R; TREVISAN, T. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. In: **Anais do XVIII ENAPUR**, Natal, 27 a 31 de maio, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=407>. Acesso em 20.05.2021.

HÉBETTE. J. **Cruzando fronteira**. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume III. Editora Universitária, UFPA, Belém, 2004.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Vozes, 1979.

JESUS, Abel Honorato de. **Entrevista concedida a Naurinete Fernandes Inácio Reis**. Marabá-PA. 05 ago. 2018.

JIMÉNEZ, J. V. **Bacaba**: memórias de um guerrilheiro de Selva da Guerrilha do Araguaia. Campo Grande: Edição do autor, 2007.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. São Paulo, Hucitec, 1991.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2003.

MARTINS, J. de S. **Fronteira** - A degradação do outro nos confins do humano. Contexto: São Paulo, 2018.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**: terra e poder, o problema da terra na crise política. Ed Vozes: Petrópolis, 1985.

MECHI, P. S. **Os Protagonistas do Araguaia**: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974). 2012, 401 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOURA, Ruiderval Miranda. **Entrevista concedida a Naurinete Fernandes Inácio Reis**. Xambioá-TO. 28 de set. 2019.

NETO, Raimundo Gomes Cruz. **Entrevista concedida a Naurinete Fernandes Inácio Reis**. Marabá-PA. 27 ago. 2019.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas-SP, Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas-SP, Papyrus, 1988.

OLIVEIRA, C. M. B. **Sou filha de quebradeira de coco**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2017.

OLIVEIRA, Cledeneuza Maria Bizerra. **Entrevista concedida a Naurinete Fernandes Inácio Reis**. São Domingos do Araguaia-PA. 06 jan. 2019.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PEREIRA, A. dos R. **Do posseiro ao sem-terra**: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo, Contexto, 2001.

REIS, N. F. I. **Cartografia de Memórias**: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará - Amazônia Oriental. 2021, 372 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

SANTOS, Lauro Rodrigues dos. **Entrevista concedida a Naurinete Fernandes Inácio Reis**. São João do Araguaia-PA. 15 jul. 2017.

SOUZA, C. M. de. **A estrada invisível: memória da Transamazônica.** 2012, 264 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

VALVERDE, O. **Grande Carajás, planejamento da destruição.** São Paulo: Edusp/Forense Universitária/Fundação Universidade de Brasília, 1989.

WAMBERGUE, Emmanuel. **Entrevista concedida a Naurinete Fernandes Inácio Reis.** Marabá-PA. 09 ago. 2018.